

Credor faz nova exigência para emprestar ao Brasil

Severino Góes

CARACAS — O acordo da dívida externa que o Brasil está negociando com os credores sofreu ontem um recuo com a exigência do comitê assessor da dívida externa de que o governo brasileiro obtenha a garantia do Banco Mundial (Bird) para uma parcela do dinheiro novo. Isto evitaria que os bancos tivessem de fazer provisões de crédito para o caso de o Brasil enfrentar dificuldades para pagar os empréstimos.

No encontro que manteve na noite de sábado, no hotel Caracas Hilton, com o ministro da Fazenda, Maílson da Nobrega, o presidente do comitê assessor da dívida externa brasileira, William Rhodes, deixou claro que os bancos ainda estão descrentes quanto ao desdobramento das definições sobre o mandato presidencial e do sistema de governo na Assembléia Nacional Constituinte.

O próprio presidente do comitê assessor da dívida externa, William Rhodes, que não quis fazer declarações à imprensa, pedindo aos jornalistas para que procurassem o ministro Maílson da Nobrega, perguntava aos repórteres: "Quando vai ser votado o mandato e o sistema de governo?"

Mesmo confiando que o acordo pode ser fechado até a data marcada pelas autoridades brasileiras (final de março), uma alta fonte do governo admitiu que o lado brasileiro foi pego de surpresa com a exigência apresentada por Rhodes. Os credores insistem que o Brasil obtenha a garantia do Banco Mundial tal como foi feito nas negociações com a Argentina e o Chile.

O complicador do caso é que os bancos já fizeram consultas informais ao *board* do Banco Mundial sobre se a instituição aceitaria conceder tais garantias ao governo brasileiro. No entanto, os países industrializados membros do Bird entendem que não é conveniente a participação do banco no novo pacote de empréstimos para o Brasil.

Além disso, durante as conversações com os bancos credores, os negociadores pelo lado brasileiro — o diretor da dívida externa do Banco Central, Antonio de Pádua Seixas, e o secretário de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral — voltaram a colocar na mesa a preocupação do Brasil de que o contrato do novo acordo contenha cláusulas de salvaguarda para ajudar o país no caso de dificuldades. Assim, uma brutal elevação nos juros ou nos preços do petróleo seria levada em conta na hora de saldar os empréstimos. Os banqueiros, porém, resistem à idéia.

Empréstimo-ponte — Ainda na conversa com William Rhodes no sábado à noite, o ministro da Fazenda voltou a declarar ao comitê que o Brasil está interessado em fechar um empréstimo-ponte com os bancos para poder pagar os juros do trimestre abril-junho, no montante de 1 bilhão 800 milhões de dólares. O Brasil, segundo assessores do ministro da Fazenda, vem colocando o assunto em pauta desde o início das discussões com os bancos, deixando claro que a partir de primeiro de abril não terá recursos para pagar os juros do segundo trimestre. A hipótese de um não fechamento rápido do empréstimo-ponte começa a preocupar as autoridades brasileiras.